



ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

A. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em Sistema de Registro de Preços – SRP – com critério de julgamento de Maior Desconto - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -, visando a contratação dos serviços correspondem a importância dos **R\$ 13.681,70 (treze mil seiscentos e oitenta e um reais e setenta centavos)** para cada Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, perfazendo um total de R\$ **4.788.595,00 (quatro milhões setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais)**, para as 350 (trezentos e cinquenta) unidade de Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares. Preços referenciados pelo ORSE de Abril/2023; SINAPI-PE data base no mês de Junho/2023 não desonerado, SEINFRA 027, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos emolumentos, conforme especificações e indicados em planilha orçamentaria anexas - o Anexo III.

B. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas não rurais ou mesmo de verbas governamentais, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, acabando por impedir a fixação do homem no campo e provocando a migração da população para as cidades.

A Codevasf vem ao logos dos ultimos anos investindo pesado em setores produtivos como a avicultura, apicultura e a caprinovinocultura, em diversas regiões do semiárido pernambucanos. A nova forma de atuar junto ao homem do campo vem propiciando a geração



de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar. Nesse contexto, a implantação de abatedouros frigoríficos, de unidade de Extração e Beneficiamento de mel e distribuição de kit para criação de abelhas, ovelhas e cabras, passou a representar uma oportunidade de estrutura e desenvolver as diferentes cadeias produtivas da região.

Não obstante os diversos exemplos de intervenções realizadas pela Codevasf, ainda existe a ideia que os municípios da região não possui as condições de manter os produtores em sua comunidade rural ou mesmo em suas propriedades, daí a importância de estrutura a capacidade produtiva das diferentes APL da região, permitindo que estes investimentos venham a ser capazes de atender a necessidade dos produtores e produtoras da região.

Um comprovante deste abismo que necessita ser superado é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da grande maioria dos municípios que ainda é bem abaixo do valor almejado pelas organizações internacionais de direito humano. Um exemplo desta falta de condições e existencialista digna foi revelado com o advento do aumento dos caso de queimaduras causados quando da elevação do preço do gás de cozinha.

Conforme dados apresentados pela Revista Exame, em 27 de abril de 2022, o preço do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, com capacidade de 13 quilos, popularmente conhecido como gás de cozinha, naquele ano, bateu um recorde histórico, atingindo a maior média de preço mensal real, descontada a inflação, desde o início da série histórica do levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), iniciada em 2001.

Naquela oportunidade o botijão de 13kg estava sendo vendido no Brasil a um valor médio de 113,48 R\$, ainda segundo a ANP, esse valor representava aproximadamente o equivalente a 9,4% do salário mínimo.

Nesse período a população mais pobre foi forçada a buscar novas alternativas para o preparo das refeições, nessa contexto algumas alternativas foram experimentadas, como o álcool, o carvão e a lenha. Estudo realizados no período indicam que essa mudança de cenário trouxe um primeiro efeito imediato, que foi o crescimento do uso de lenha pelas famílias brasileiras, destaca o pesquisador que "entre os anos de 2013 e 2016, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, a população consumia mais GLP do que lenha. Mas a partir de 2017, a lenha voltou a ser mais utilizada do que o gás de cozinha nas residências do País. E, em 2020, esse consumo já era 7% maior do que o de GLP".



Os dados de outra pesquisa revelaram que, durante o período da pandemia de Covid-19, foram identificados diversos acidentes pelo uso de álcool para cozinhar, inclusive, que levaram famílias inteiras ao hospital por queimaduras. Nessa oportunidade a liberação da venda de álcool 70% e, conseqüentemente, maior uso pelas famílias para substituir o gás de cozinha, causou aumento nos acidentes domésticos. temos que pensar em tudo isso como uma questão de saúde pública, haja vista, as queimaduras deixam marcas para toda vida.

C. Regime de Contratação - Empreitada por Preço Unitário:

A implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares é a repetição de ação semelhante realizada por organizações como a Diaconia, Instituto Dom Hélder Camara, Sabia e Caatinga em diferentes município de semiárido pernambucano, o que se pretende neste processo e promover a difusão deste mecanismo de geração de gás natural - biogás - em comunidades rurais nas cidades do semiárido pernambucano com potencialidade para a caprinovinocultura, bovinocultura ou suinocultura, como por exemplo os municípios de Serra Talhada/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, Petrolina/PE, Dormentes/PE, Bodoco/PE, Exu/PE e Floresta/PE.

Levando-se em consideração esta particularidade, associado ao fato dos quantitativos da planilha orçamentária haver espelhados os valores considerados e registrados nas planilhas de insumos e serviços utilizada por essas diferentes ONG, em suas cartilhas e manual, onde orientam quando a realização dos serviço de implantação das unidades de Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, tendo sido incluindo todos os insumos e serviços literalmente utilizados no processo que serviu de base para aquelas contratações. Esses fatos são indicativos de que não resta muitos obstáculos que possa vir a dificultar a utilização do regime de execução semi-integrada, o qual é disposto no art. 42, § 4º da Lei 13.303/16, que declara:

“Art 42 § 4º No caso de licitação de serviços de engenharia, as empresas públicas e as sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do caput , cabendo a elas a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas nos incisos do caput deste artigo, desde que essa opção seja devidamente justificada”.



Todavia, apesar do serviço proposto ser uma repetição de uma ação já realizada com o mesmo modelo consagrado, fato que dá um maior nível de conhecimento dos procedimentos a serem adotados, e eleva o nível de detalhamento do projeto, como os serviços serão executadas em cidades distintas, logo existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo de escavação em solos diferentes categoria, que podem vir a comprometer o quantitativo, variações de reaterro, momento de transporte de material, que podem causar algum nível de incerteza.

Além disso, como se trata de serviço dentro de comunidades rurais e unidades familiares difusas, podem ocorrer alguns imprevistos não considerados na planilha orçamentária no momento da execução ou quando dos testes da estrutura do Centro, fato que poderá resultar em serviços não previstos.

Finalmente para uma maior segurança administrativa e jurídica, pagar pelo que foi efetivamente executado e medido é uma forma justa de realizar negócio, logo este regime de contratação apresenta-se como sendo o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Por tudo o que foi anteriormente apresentado optou-se por adotar o regime de contratação por **Empreitada por Preços Unitários**, com pagamento de preço certo de unidades determinadas, logo o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

D. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superaram o ano vigente de 2023, conforme consta do Termo de Referência, mesmo assim a previsão de recursos orçamentários apresenta-se compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado. § 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



E. Desapropriação:

Como os serviços referente a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares em municípios do semiárido pernambucano, ocorrerá em parceria com organizações sociais, cooperativa e sindicatos de trabalhadores rurais, ocupando uma pequena área da propriedade do beneficiado, não há que se falar de desapropriação, tendo em vista que a unidade de produção de gás será implantada em terreno dos beneficiados e se destinarão a atender a apenas uma unidade familiar. Logo não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração de Projeto de Desapropriação

F. Critério de Julgamento:

Na busca de minorar a possibilidade de possível “jogo de planilha” por parte das concorrentes, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o Maior Desconto, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

G. Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

H. Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço (OS) que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

I. Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a sua influência na execução do serviço necessários para a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares em municípios do semiárido pernambucano, muito embora alguns não sejam os mais caros, logo não sendo detectados pela curva ABC, são serviços com capacidade de implantar a realização do serviços, devido sua relevância contextual e complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização.

Assim as exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame emquestãotenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperadaparao empreendimento.

J. Orçamento Público/Aberto:

A definição pelo orçamento público tem em basamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34daLei13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento

K. Da não admissão de subcontratação:



Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

L. Da não participação da empresa sobre a forma de Consórcios:

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigação de diferentes especialidades ou passível de divisão, Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescenta-se ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

M. Da não Participação de Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia aos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Outra questão que limita a participação da cooperativa na licitação é a forma como ocorre a tributação dos serviços, fato que pode, em tese, comprometer a competitividades com as outras pessoas jurídicas que seriam tributadas pela prestação do serviços, no que tange os encargos sociais sobre os serviços necessários a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, podendo, em tese, gerar questões trabalhista para a administração.

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica ser “vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

N. Do serviço comum:



Esclarecemos que o objeto desta licitação, “Execução dos Serviços necessários à implantação de Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares em diversos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional Da Codevasf”, é qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

O. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP), para tanto tomou-se como base as fundamentações legais prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, vigente, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Nestes termos e de acordo com as características dos serviços necessários a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, que já foram realizados em outras oportunidades, sendo portanto um serviço com repetibilidade, pois o projeto é o mesmo já foi implantado por organizações como a Diaconia, Instituto Dom Hélder Camara, Sabia e Caatinga em diferentes município de semiárido pernambucano, daí a ideia que as ações sejam semelhantes.



Quanto a celeridade da ação deve-se a aproximação do novo ciclo chuvosa na região do sertão pernambucano, de forma que existe em certa medida uma determinada urgência na realização desta contratação, a qual, deverá ficar pronta antes da conclusão do período de estiagem, pois em caso contrário perderia-se dois ciclos climáticos.

P. Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Quanto a possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros. O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento”

Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Q. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:



A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns, serviços comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art.1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecido no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme constadas Especificações Técnicas que integrarão o Termo de Referência (TR), planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento ou dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, para tanto procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes, neste certame será adotado o critério de julgamento de **Maior Desconto** - nos termos do Art. 54 Lei nº13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU - visando a contratação da execução dos serviços necessários para implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, em municípios do semiárido pernambucano, inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

R. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar e a promoção do fortalecimento e qualificação de atividades produtivas rurais, ligados a APL da Caprinovinocultura, bovinocultura e suinocultura, atividades desenvolvidas por comunidades carentes em diferentes municípios das microrregiões do sertão de Pernambuco, todas inseridas na área de atuação da 3ª SR.

Estas atividades fazem parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's, neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Estas APL's devem ser entendidos como atividades culturais e econômicas, que vem sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, na forma de empreendimento, em



um determinado território, sendo portanto sua atividade produtiva predominante, o que se adequa aos casos dos municípios do semiárido pernambucano, regiões onde a Caprinovinocultura, bovinocultura e suinocultura são atividades primordiais para a economia produtiva dos pequenos criadores e agricultores da região, logo a qualificação das APL se caracteriza como sendo uma intervenção de extremamente necessária, e ela se realizará mediante a implementação dos serviços objeto da presente licitação, que é a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares.

S. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Será permitido a adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, publicidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

T. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas e estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**U. Visita:**

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida a visita** ao local de realização dos serviços, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um responsável técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

V. Divulgação do valor orçado:

Divulgado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Por sua vez a não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

contratação, bem como pelo modo de disputa aberto. Nestes termos, os valores totais abaixo apresentado são os estimados para execução dos serviços necessários a implantação dos Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares.

Finalmente destaca-se que a execução do serviço foi estimada pelo valor máximo foi de no máximo **R\$ 13.681,70 (treze mil seiscentos e oitenta e um reais e setenta centavos)** para cada Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares, perfazendo um total de **R\$ 4.788.595,00 (quatro milhões setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais)**, para as 350 (trezentos e cinquenta) unidade de Biodigestores para a produção de biogás em unidades familiares. Preços referenciados pelo ORSE de Abril/2023; SINAPI-PE data base no mês de Junho/2023 não desonerado, SEINFRA 027, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos emolumentos, conforme especificações e indicados em planilha orçamentaria anexas - o Anexo III.

Petrolina - PE, 25 de julho de 2023

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Alberto Jose Tabosa Vila
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente Substituto da 3ºGRR

Gustavo Henrique de Andrade Melo
Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf